tudo que sobre abonos extraordinários se tem determinado para officiaes e outras classes:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A todos os officiaes pertencentes aos quadros activos do exército metropolitano será abonada, desde a data deste decreto e emquanto durar o estado de guerra, a subvenção extraordinária de \$70 diários.

§ 1.º Este abono é extensivo aos juizes dos tribunais militares, mestre de gymnastica e esgrima civil da Escola de Guerra, e terceiros officiaes da Secretaria de Guerra.

§ 2.º Os officiaes e outras classes citadas no § anterior que recebam ração de campanha só têm direito à subvenção extraordinária de \$40 diários.

Art. 2.º Têm direito à subvenção extraordinária os officiaes e classes indicadas no artigo 1.º e seus parágrafos, em todas as situações em que tenham direito a vencimento.

Art. 3.º Aos officiaes e terceiros officiaes dos quadros de reserva ou reformados, quando nas condições do artigo 2.º da lei n.º 774, de 20 de Agosto do ano findo, será abonada a subvenção de que trata este decreto, nos precisos termos em que é abonada aos militares do activo.

Art. 4.º A subvenção de que trata o § 2.º do artigo 1.º das classes em serviço no Corpo Expedicionário Português ou nas expedições às colónias, será adicionada ao vencimento do tempo de paz, para os primeiros, e às pensões deixadas na metrópole para os segundos.

Art. 5.º A despesa a fazer com as subvenções de que trata este decreto será satisfeita pelas «despesas exceptionais resultantes da guerra».

Art. 6.º Fica revogada toda a legislação em contrário que estabeleça quaisquer auxilios, subvenções ou abonos por motivo da carestia da vida, para officiaes e outras classes indicadas neste decreto.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 1 de Abril de 1918.—*Sidónio Pais*—*Henrique Forbes de Bessa*—*Martinho Nobre de Melo*—*Francisco Xavier Esteves*—*José Carlos da Maia*—*Manuel José Pinto Osório*—*João Tamagnini de Sousa Barbosa*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*José Feliciano da Costa Júnior*—*Eduardo Fernandes de Oliveira*—*António Maria de Azevedo Machado Santos*.

Decreto n.º 4:156

Tendo-se suscitado dúvidas acêrca da execução do decreto n.º 3:731, de 29 de Dezembro do ano findo, com relação à subvenção a abonar aos sargentos e seus equiparados;

Sendo de toda a conveniência reunir num só diploma tudo o que sobre abonos extraordinários se tem determinado para as praças de pré:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Aos aspirantes a officiaes, sargentos e seus equiparados, pertencentes aos quadros activos do exército metropolitano, será abonada, desde a data deste decreto e emquanto durar o estado de guerra, a subvenção extraordinária de \$60 diários.

§ 1.º Este abono é extensivo aos militares daquelas gradações que fizerem parte das forças expedicionárias à França e às colónias, e aos alunos da Escola de Guerra.

§ 2.º Os sargentos e equiparados, incluindo os alunos da Escola de Guerra, perceberão, quando arranchados, sómente 50 por cento da subvenção extraordinária.

Art. 2.º A subvenção extraordinária a que se refere o artigo 1.º e seus parágrafos será abonada em todas as situações em que tenham direito a vencimentos os militares mencionados.

Art. 3.º Aos sargentos e seus equiparados dos quadros da reserva ou reformados, quando nas condições do artigo 2.º da lei n.º 774, de 20 de Agosto do ano findo, será abonada a subvenção de que trata este decreto, nos precisos termos em que é abonada aos militares do activo.

Art. 4.º A todas as praças das companhias de saúde, de gradação inferior a segundo sargento, em serviço nos hospitais e enfermarias militares na metrópole, será feito o abono diário da subvenção extraordinária de \$20, nas condições do prazo marcadas no artigo 1.º Igual abono será feito a praças doutras unidades, quer do activo, reserva ou reformados, que prestem serviço nos hospitais militares.

Art. 5.º As praças reformadas exercendo os lugares de porteiros, contínuos e serventes dos quartéis generais, tribunais e estabelecimentos militares e distritos de recrutamento, quando de gradação inferior a sargento, será abonada a subvenção extraordinária de \$20 diários, durante o prazo marcado no artigo 1.º

§ 1.º Aos sargentos e seus equiparados, reformados, que exerçam os lugares de porteiros nos quartéis generais ou tribunais militares, será abonada a subvenção de que trata o artigo 1.º deste decreto.

§ 2.º Aos cabos, soldados e seus equiparados dos quadros de reserva ou do activo que desempenhem as funções de que trata este artigo, quando não arranchem, igualmente lhes será abonada a subvenção de \$20.

§ 3.º Ao pessoal menor da Secretaria da Guerra, de categoria inferior a sargento, a subvenção extraordinária a abonar será de \$30 diários.

Art. 6.º A subvenção de que trata este decreto, vendida pelos sargentos e seus equiparados em serviço no Corpo Expedicionário Português ou nas expedições às colónias, será adicionada ao vencimento do tempo de paz, para os primeiros, e às pensões deixadas na metrópole, para os segundos.

Art. 7.º A despesa a fazer com as subvenções de que trata este decreto será satisfeita pelas despesas exceptionais resultantes da guerra.

Art. 8.º Fica revogada toda a legislação em contrário que estabeleça quaisquer auxilios, subsídios, subvenções ou abonos, por motivo da carestia da vida, a praças de pré.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 1 de Abril de 1918.—*Sidónio Pais*—*Henrique Forbes de Bessa*—*Martinho Nobre de Melo*—*Francisco Xavier Esteves*—*José Carlos da Maia*—*Manuel José Pinto Osório*—*João Tamagnini de Sousa Barbosa*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*José Feliciano da Costa Júnior*—*Eduardo Fernandes de Oliveira*—*António Maria de Azevedo Machado Santos*.

Decreto n.º 4:157

Tendo a lei n.º 774, de 20 de Agosto de 1917, estabelecido o subsidio de renda de casas para todos os officiaes e não se abonando tal subsidio aos officiaes generais, por não estar fixada a sua importância na carta de lei de 24 de Dezembro de 1906;

Não sendo justo privar estes officiaes do beneficio que a citada lei lhes confere:

Em nome da Nação, o Governo da República Portu-